

Crescimento, a premissa para negociações consequentes

A recente visita do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a Washington marcou uma nítida mudança de postura do governo brasileiro com relação às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os credores internacionais. Em primeiro lugar, o ministro da Fazenda deixou claro que o atual governo considera inegociável a aspiração nacional de manter a economia em crescimento moderado, em torno da taxa de 5% ao ano, não podendo aceitar, portanto, nenhum programa de ajustamento que interfira com esse objetivo.

A mudança é tanto de estilo quanto de substância. Desde que iniciou em 1982 negociações com o Fundo, o governo brasileiro nunca colocou — pelo que se tem conhecimento público — qualquer meta de crescimento mínimo como indispensável para o bem-estar social do País. Houve, é certo, discussões de caráter técnico sobre questões fiscais e monetárias, que guardam estreita relação com o crescimento econômico. Mas o governo sempre negociou a partir de

uma posição de fraqueza, que o inibia de defender qualquer condição.

Na realidade, não se tratava de verdadeiras negociações, que presumem um entendimento com concessões de parte a parte. O governo simplesmente aceitou a receita do Fundo, sem questioná-la, mesmo sabendo que não poderia cumprir as suas exigências. O resultado foi o que se viu: sucessivas cartas de intenções, reconhecimento de desvios das metas, "waivers", suspensão do acordo com o Fundo, novos acertos e nova suspensão. Chegou-se mesmo a dizer que, não sendo os técnicos do Fundo nem ingênuos nem incompetentes, eles não desconheciam a incapacidade do governo brasileiro de cumprir o que prometera. O FMI seria, assim, conveniente (sic) com as tergiversações do governo anterior.

Seja como for, a situação mudou. Agora, o governo brasileiro age de forma franca e leal e se dispõe verdadeiramente a negociar, estabelecendo, desde logo, o que não pode ceder. O Fundo tem

igualmente pontos que considera essenciais para que chegue a um acordo com um país que solicite a sua assistência. Estamos convencidos, porém, de que, entre as duas posições, existe um amplo terreno para o entendimento.

Não se deve esquecer, ainda, que, de acordo com a diretriz do presidente José Sarney, o Brasil só se dispõe a firmar um acordo que tem certeza de que pode cumprir. Isso, naturalmente, dá um novo sentido a um programa de austeridade, a ser conduzido de maneira compatível com uma política de crescimento moderado.

A aceitação dessa premissa pelo Fundo não é impossível, como o ministro da Fazenda verificou em sua viagem. Não só analistas políticos e econômicos têm questionado a validade do modelo de contenção econômica para ajustamento das economias dos países endividados. Banqueiros e altos funcionários dos governos dos países industrializados já têm advertido quanto aos riscos de uma política contencionista, que

leva ao agravamento das tensões sociais e não produz os resultados que seria de desejar sob o aspecto puramente econômico.

Não há melhor exemplo disso do que a experiência brasileira nos últimos três anos. A custa de enormes sacrifícios para a população, o País tem gerado grandes superávits comerciais, que têm possibilitado equacionar as suas contas externas. Mas esses saldos comerciais têm pressionado a inflação de forma desmedida, tornando duríssima a aplicação de um programa nos moldes clássicos preconizados pelo FMI.

Não sendo política e socialmente viável a adoção de medidas drásticas, o ajustamento deveria dar-se em um período mais ou menos longo, que o ministro estima em dois ou três anos. E cabe ao governo brasileiro apresentar um programa nesse sentido, informado por nossas realidades, o qual deverá fundamentar as negociações. Trata-se, pois, de um processo inverso ao que foi seguido até agora.